



Número: **0600766-63.2021.6.00.0000**

Classe: **AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Ministro Alexandre de Moraes**

Última distribuição : **20/12/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Cargo - Deputado Federal, Justificação de Desfiliação Partidária**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCELO RAMOS RODRIGUES (REQUERENTE)		MATEUS LEMOS FRANCO DA SILVA (ADVOGADO) RODOLPHO OLIVEIRA SANTOS (ADVOGADO) TIAGO GONCALVES DE OLIVEIRA RICCI (ADVOGADO)	
PARTIDO LIBERAL (PL) - NACIONAL (REQUERIDO)			
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15711 9793	21/12/2021 17:04	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO (12628) Nº 0600766-63.2021.6.00.0000 (PJe) - MANAUS - AMAZONAS**

**RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES  
REQUERENTE: MARCELO RAMOS RODRIGUES**

**Advogados do(a) REQUERENTE: MATEUS LEMOS FRANCO DA SILVA - SP376188, RODOLPHO OLIVEIRA SANTOS - SP221100, TIAGO GONCALVES DE OLIVEIRA RICCI - SP235700  
REQUERIDO: PARTIDO LIBERAL (PL) - NACIONAL**

**DECISÃO:**

Ementa: DIREITO PARTIDÁRIO. AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA. CARTA DE ANUÊNCIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111/2021. DEFERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA.

**I. HIPÓTESE**

1. Ação de Justificação de Desfiliação Partidária, com requerimento liminar de tutela antecipada, ajuizada por deputado federal eleito para a legislatura 2019-2022, contra o Partido Liberal – PL.

**II. FATOS RELEVANTES**

2. São os seguintes os fatos relevantes veiculados na ação: (i) o requerente sempre se colocou como um parlamentar de oposição ao atual Presidente da República, notadamente em temas como saúde, meio ambiente e democracia; (ii) todavia, no dia 30 de novembro passado, o Presidente da República se filiou ao partido do requerente, o Partido Liberal (PL); (iii) sete dias após esse fato, o requerente foi notificado pelo presidente nacional do seu partido de que



sua permanência na agremiação acarretaria “constrangimentos de natureza política”, razão pela qual anuiu com a desfiliação do parlamentar.

### III. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO

3. A plausibilidade do direito postulado parece inequívoca, tendo em vista que: (i) os fatos alegados são notórios, estando a carta de anuência acostada aos autos; (ii) o entendimento anterior do TSE de que a carta de anuência, por si só, não constitui justa causa para a desfiliação partidária (PET nº 0600482-26 e 0600607-91, Rel. Min. Edson Fachin, j. em 25.11.2021) foi superado pela a Emenda Constitucional nº 111/2021; (iii) de fato, a referida emenda incluiu um § 6º ao art. 17 da Constituição, passando a prever que a anuência do partido com a desfiliação afasta a possibilidade de perda do mandato.

### IV. PERIGO NA DEMORA

4. Agentes públicos eletivos dependem de uma identidade política que atraia seus eleitores. Uma mudança substancial de rumo no partido pode afetar essa identidade. Se isso se der às vésperas de um ano eleitoral, a demora na desfiliação pode acarretar dano irreparável.

5. Não há, por outro lado, risco de dano reverso, notadamente pelo fato de que o próprio partido, ao anuir com a desfiliação, deixou claro que não se valerá da ação de perda de mandato.

### V. CONCLUSÃO

6. Tutela antecipada deferida, para reconhecer a existência de justa causa para a desfiliação partidária do requerente. Na volta do recesso, a decisão deverá ser levada à ratificação pelo Plenário.

1. Trata-se de Ação de Justificação de Desfiliação Partidária, com requerimento liminar de tutela antecipada, ajuizada por Marcelo Ramos, deputado federal eleito para a legislatura 2019-2022, contra o Partido Liberal – PL.

2. O requerente relata que: (i) durante o mandato, esteve em intensa “rota de confronto” com o governo federal no que diz respeito a temas como saúde, meio ambiente e democracia, o que o levou a sofrer ataques do Presidente da República e de seus correligionários em várias ocasiões; (ii) no mesmo período, suas relações com o PL “permaneceram irretocáveis, não tendo havido uma única manifestação da diretiva do partido contrária aos posicionamentos que haviam sido adotados publicamente”; porém (iii) a filiação de Jair Messias Bolsonaro à



legenda acarretou significativa “mudança de rumos do partido”, passando o deputado a “ser visto com descrédito e a ser alvo de perseguição pessoal e política por parte de seus membros”.

3. Ilustra sua perda de prestígio na legenda com os seguintes fatos: (i) entrevista do presidente regional do PL – Amazonas, Alfredo Nascimento, na qual afirma que o requerente “não é mais bem-vindo à legenda” e que “Ele [Marcelo Ramos] tá fora! O presidente aqui sou eu” [sic]; e (ii) manifestação de correligionário de Bolsonaro, Coronel Menezes, recém-filiado ao PL, no sentido de que Marcelo Ramos é “irresponsável, leviano e mentiroso”; e (iii) nova entrevista do Coronel Menezes em que este qualifica Marcelo Ramos de “imundície” e afirma que, se ele “tivesse vergonha na cara e valores, que ele não tem absolutamente nada disso, ele já teria saído do partido”.

4. Narra que a tensão culminou em notificação encaminhada ao requerente pelo presidente nacional do PL, no dia 7.12.2012, “comunicando que sua permanência no quadro de filiados da agremiação causaria indiscutivelmente constrangimentos de natureza política para ambas as partes e que por isso manifestava anuência quanto à desfiliação sem se valer das prerrogativas previstas na Res.-TSE nº 22.610/07 combinado com o artigo 22-A inciso II [da Lei] 9.096/95”.

5. Sustenta, assim, que sua desfiliação se encontra amparada pelo § 6º do art. 17 da Constituição, inserido pela Emenda Constitucional nº 111/2021, que passou a prever a anuência do partido político como suficiente para permitir a conservação do mandato pelo parlamentar que se desliga da agremiação pela qual se elegeu<sup>1</sup>. Acresce estar configurada “grave discriminação política pessoal caracterizada pela existência de fatos certos e determinados que possuem o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação e que revelam situações claras de desprestígio e perseguição”.

6. Quanto aos requisitos para a antecipação da tutela, o requerente aponta que: (i) a Emenda Constitucional nº 111/2021, ao incluir o § 6º do art. 17 da Constituição, passou a prever que a anuência do partido com a desfiliação afasta a possibilidade de perda do mandato ; (ii) os fatos alegados estão demonstrados de plano, seja por sua notoriedade ou por constarem de prova documental inequívoca; e (iii) a urgência decorre dos já anunciados prejuízos à sua atuação como parlamentar, com impactos, inclusive, em sua relação com os eleitores, aliada ao fato de que a notificação foi firmada às vésperas do recesso forense, “o que invariavelmente impacta na rápida solução da presente demanda”.

7. Alternativamente, considera estarem presentes elementos para a concessão de tutela de evidência, com fundamento no inciso II do art. 311 do Código de Processo Civil. Argumenta que “não há racionalidade em obrigar o Sr. Marcelo Ramos a esperar o tempo necessário à produção de provas dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos”.

8. Requer, assim: (i) o deferimento da tutela de urgência, a fim de que, “constatada liminarmente a existência de justa causa, seja autorizada a desfiliação partidária do Sr. Marcelo Ramos do Partido Liberal”; (ii) alternativamente, seja a medida concedida “sob a ótica da tutela de evidência”; (iii) a citação do PL para, querendo, apresentar contestação”; e (iv) ao final, o julgamento de procedência do pedido.

9. Os autos vieram-me conclusos, em razão do pedido de tutela de urgência, nos termos do art. 17 do RITSE<sup>2</sup>.



10. É o relatório. Decido.

11. Nos termos do art. 17, caput, do Regimento Interno do TSE, durante o período de férias forenses, compete ao presidente decidir os processos que reclamam solução urgente.

12. A concessão liminar de tutela antecipada de urgência é medida excepcional, que pressupõe: (i) a probabilidade do direito e (ii) a existência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300 da Lei nº 13.105/2015<sup>3</sup>). Passo a analisar os requisitos, com atenção às particularidades do caso.

## I. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA EM AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE FIDELIDADE PARTIDÁRIA

13. Assento, de início, a possibilidade, em tese, de concessão de tutela antecipada em ação de justificação de fidelidade partidária.

14. Assinlo que há precedente desta Corte que indica não ser possível a antecipação de tutela nas ações que observam o procedimento da Res.-TSE nº 22.610/2007 (MS nº 3.671, Rel. Min. Ayres Britto, j. em 27.11.2007). Todavia, esse precedente e outros julgados que o citam referem-se à ação de perda de mandato. Nesses casos, é acertado evitar-se a convocação de suplente para ocupar o cargo sem que haja decisão definitiva de mérito. Isso porque a medida acarreta o afastamento do eleito, e os dias em que este estiver distante de seu cargo são irreparáveis. Assim, a reversibilidade, requisito específico para o deferimento de antecipação de tutela, não se mostra presente na ação de perda de mandato.

15. Diversa é a situação em que a ação é ajuizada pelo eleito, para ver reconhecida a justa causa para se desligar do partido. Nessa hipótese, a concessão da tutela antecipada apenas permite que o eleito possa exercer o mandato, caso se desfilie no curso da ação. Sem dúvida, mesmo nesse caso, a antecipação da tutela será excepcional. Somente se forem demonstrados elementos de apontem de forma muito segura para a existência da justa causa é que se poderá declará-la liminarmente.

## II. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO

16. A plausibilidade do direito postulado decorre da redação expressa e inequívoca do § 6º do art. 17 da Constituição, inserido pela EC nº 111, de 28.09.2021, in verbis:

“Art. 17, § 6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão”. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021).

17. Com isso, fica superada a jurisprudência que até aqui prevalecera no Plenário, recentemente reiterada, no sentido de que “a carta de anuência oferecida pelos partidos políticos



aos representantes individuais, eleitos pela legenda, não configura, por si só, justa causa para a desfiliação partidária” (PET nº 0600482–26 e 0600607–91, Rel. Min. Edson Fachin, j. em 25.11.2021). Tal entendimento, que se aplicava a fatos ocorridos antes da vigência EC nº 111/2021, já não prevalece.

18. Tampouco há impedimento decorrente do art. 16 da Constituição, que institui o princípio da anualidade e prevê: “a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”. É que a ação de desfiliação por justa causa e a ação de perda de mandato por infidelidade partidária, embora inseridas na competência da Justiça Eleitoral, não têm, propriamente, caráter eleitoral. O que se discute nessas ações é o impacto do ato voluntário de desfiliação (matéria de direito partidário) sobre o exercício do mandato (reflexos parlamentares). Não se trata, então, de matéria alcançada pela regra da anualidade, que é restrita à disciplina do processo eleitoral. Portanto, nova hipótese constitucional ou legal que excepcione a regra segundo a qual “o mandato pertence ao partido” terá eficácia imediata, a partir de sua vigência.

19. No caso em análise, a ação se encontra instruída com cópia de documento, datado de 7.12.2021, assinado pelo presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, em que a agremiação: (i) reconhece que se tornou insustentável a permanência do requerente nos quadros do partido, com “constrangimentos de natureza política para ambas as partes”; e (ii) consigna sua anuência com a desfiliação e a posição por não se utilizar da ação de perda de mandato. Transcrevo o inteiro teor do documento (ID 157116851):

“O Órgão Nacional do Partido Liberal tomou conhecimento das divergências doutrinárias e políticas existentes entre V. Exa. E nossa legenda partidária, o que, no nosso entendimento, torna insustentável sua permanência em nossa agremiação e justificaria sua desfiliação de nosso quadro de filiados.

Em que pese o fato de lamentarmos a manifesta divergência apresentada de caráter público e notório, afirmamos que, em virtude da linha político-partidária de atuação de nossa legenda, sua manutenção em nosso quadro de filiados causará indiscutivelmente constrangimentos de natureza política para ambas as partes.

Em face de tais considerações, manifestamos nossa posição de não utilizar as prerrogativas da Resolução nº 22.610, do TSE c/c art. 26 [sic] da Lei 9.096/95, que trata da fidelidade partidária e consignamos nossa anuência a sua desfiliação, nos termos do exposto no Art. 1º, da Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021, que acrescentou o §6º, ao artigo 17, da Constituição Federal, não postulando perante a Justiça Eleitoral o mandato de Deputado Federal, obtido por V. Exa. por expressa vontade do povo do Estado do Amazonas, por motivo de desfiliação partidária, em respeito aos princípios constitucionais, concluindo assim ser incompatível a permanência de V. Exa. no Partido Liberal”.

20. Observa-se que os termos em que manifestada a anuência com a desfiliação são inequívocos, deles se extraindo a plena ciência do partido de que o efeito da declaração será a conservação do mandato pelo parlamentar após seu desligamento da legenda. O teor da carta é, ainda, coerente com a narrativa do autor, no sentido de que sua relação com o partido se desgastou após a filiação do Presidente da República ao PL, tal como ilustrado pelas declarações públicas de dirigentes locais a respeito da inadequação do requerente à nova configuração política do partido. Tais informações são aqui mencionadas como parte do contexto em que a comunicação foi expedida, não sendo necessário examiná-las sob a ótica da grave discriminação



pessoal (art. 22-A, parágrafo único, II, da Lei nº 9.096/1995), já que é suficiente ao exame do requerimento de tutela de urgência a análise dos fatos à luz do § 6º do art. 17 da Constituição.

21. Com efeito, ao contrário de outras hipóteses de justa causa de sutil configuração, cuja aferição não dispensa a contraposição de argumentos e provas em contraditório, a carta de anuência é de demonstração objetiva. No caso, o documento: (i) consiste em via digitalizada de original impresso, do qual consta firma, reconhecida em cartório, de Valdemar Costa Neto; (ii) é posterior à vigência da EC nº 111/2021; e (iii) é inequívoco quanto à intenção do partido de permitir que o eleito conserve o mandato em caso de desfiliação.

22. Há, portanto, elementos suficientes para concluir, em cognição sumária, que a pretensão do autor está legitimamente amparada no § 6º do art. 17 da Constituição.

### III. PERIGO NA DEMORA

23. Por fim, considero configurada a urgência que justifica a antecipação da tutela.

24. A divergência política entre o requerente e o PL se instalou e se tornou aguda de forma rápida. Transcorreram apenas 7 dias entre a filiação de Jair Messias Bolsonaro e a comunicação ao parlamentar de que sua permanência na legenda causaria constrangimento insustentável. Essa tensão é corroborada por prints de reportagens de dois veículos de comunicação (portal CM7 e ABN) em que transcrita fala do presidente regional do Partido Liberal (PL), no sentido de que “Ele [Marcelo Ramos] vai ter que sair, já que não concorda com a filiação do presidente” (ID 157116850).

25. Os fatos se passaram às vésperas do último ano do mandato 2019-2022, o que torna mais relevante o balanceamento do ônus do tempo do processo. Não é possível negar a magnitude dos impactos políticos que advêm do ingresso do Presidente da República em uma legenda, especialmente para os filiados que assumam publicamente posição contrária àquela. Esta é a situação do requerente, que possui atuação notoriamente contrária ao governo federal e tem sido, por isso, alvo de ataques do grupo que passará a ter forte influência nos rumos da legenda.

26. Em suma: agentes públicos eletivos dependem de uma identidade política que atraia seus eleitores. Uma mudança substancial de rumo no partido pode afetar essa identidade. Se isso se der às vésperas de um ano eleitoral, o fato se torna mais grave, sendo que a demora na desfiliação pode causar ao futuro candidato dano irreparável.

27. Não há, por outro lado, risco de dano reverso, notadamente pelo fato de que o próprio partido, ao anuir com a desfiliação, deixou claro que não se valerá da ação de perda de mandato.

28. Por essa razão, deve-se assegurar ao requerente a continuidade do exercício livre de seu mandato pelo tempo remanescente.

### IV. CONCLUSÃO

29. Diante do exposto, com fundamento no art. 17 do RITSE, defiro a antecipação



da tutela, para reconhecer, liminarmente, a existência de justa causa para a desfiliação partidária do deputado federal Marcelo Ramos do PL, consubstanciada na anuência do partido, nos termos do § 6º do art. 17 da Constituição.

30. Comunique-se a decisão imediatamente às partes, pelo meio mais célere.

31. Encaminhem-se os autos ao relator, para a continuidade da tramitação do feito, inclusive para fins de referendo da presente decisão pelo colegiado.

Publique-se.

Brasília, 21 de dezembro de 2021.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO  
Presidente

<sup>1</sup> Constituição, art. 17, § 6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

<sup>2</sup> Art. 17. Durante o período de férias forenses, compete ao presidente e, em sua ausência ou impedimento, ao vice-presidente, decidir os processos que reclamam solução urgente; na ausência de ambos, observar-se-á a ordem de antiguidade.

<sup>3</sup> Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

